



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 30 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 452/XII](#)

Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos.

(Texto Inicial Substituído: Texto inicial substituído a pedido do autor da iniciativa PJI 452/XII/3.ª em 1/10/2013)

Autoria PS

AGRICULTURA

[Portaria n.º 295/2013. D.R. n.º 189, Série I de 2013-10-01](#)

Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar

Primeira alteração à [Portaria n.º 300/2012](#), de 2 de Outubro, que estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o [Decreto-Lei n.º 101/2012](#), de 11 de Maio

AMBIENTE

[Portaria n.º 296/2013. D.R. n.º 190, Série I de 2013-10-02](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente aprovado pela [Portaria n.º 113/2011](#), de 23 de Março

DIREITO PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 133/2013. D.R. n.º 191, Série I de 2013-10-03](#)

Ministério das Finanças

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 18/2013](#), de 18 de Fevereiro, aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial

[Esclarecimento sobre a aplicação do horário das 40 horas na Administração Pública](#)

O Secretário de Estado da Administração Pública emitiu um esclarecimento acerca da aplicação do horário de trabalho de 40 horas na Administração Pública, destinado a clarificar o cumprimento da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

ENERGIA

[Declaração de Rectificação n.º 38-A/2013. D.R. n.º 189, 2.º Suplemento, Série I de 2013-10-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 243/2013](#), de 2 de agosto, do Ministério da Economia e do Emprego, que estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de capacidade de injeção na rede eléctrica de serviço público bem como a obtenção da licença de produção e respectiva licença de exploração, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 2 de agosto de 2013

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Avaliação nacional dos riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo - Orientações do GAFI - Fevereiro 2013](#)

Instruções

[22/2013](#) - Fixa em 0,05% a taxa contributiva de base para determinação de taxa de cada instituição participante para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo no ano 2014 e, em 50% a percentagem de elegibilidade de empréstimos subordinados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo assistidas financeiramente pelo Fundo.

[23/2013](#) - Fixa em 0,03% a taxa contributiva de base para determinação da taxa de cada instituição, bem como o valor da contribuição mínima para o Fundo de Garantia de Depósitos a realizar pelas instituições participantes (17.500,00 euros) no ano 2014.

[24/2013](#) - Fundo de Garantia de Depósitos – Determina que as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis de pagamento.

[25/2013](#) - Solicita o envio ao Banco de Portugal de informação relativa a colaboradores que auferem remunerações elevadas (montante superior ou igual a 1 milhão de euros/ano).

[26/2013](#) - Solicita o envio ao Banco de Portugal de elementos informativos relativos às remunerações de todos os colaboradores e de colaboradores identificados.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[CMVM Divulga Relatório Anual e Estudo Risk Outlook](#)

[Conselho Nacional de Supervisores Financeiros Esclarece sobre Regulamento n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos Derivados do Mercado de Balcão, às Contrapartes Centrais e aos Repositórios de Transacções](#)

FISCAL

[Portaria n.º 295-A/2013. D.R. n.º 189, Suplemento, Série I de 2013-10-01](#)

Ministério das Finanças

Adequa a reorganização administrativa aos serviços periféricos locais da Autoridade Tributária e Aduaneira

[Portaria n.º 297/2013. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Ministério das Finanças

Primeira alteração à [Portaria n.º 44/2011](#), de 26 de Janeiro, que fixa as taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos tributáveis usados no território nacional

[Portaria n.º 298/2013. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Ministério das Finanças

Fixa os procedimentos que deverão ser observados pelas entidades inscritas no registo de pessoas colectivas religiosas (RPCR), ao abrigo do disposto no [Decreto-Lei n.º 134/2003](#), de 28 de Junho, que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado, nos termos dos n.ºs 3 a 6 do artigo 32.º da [Lei n.º 16/2001](#), de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa)

PENAL

[Diretiva n.º 2/2013. D.R. n.º 189, Série II de 2013-10-01](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Pedido de indemnização civil em processo penal por crime fiscal

[Declaração de Rectificação n.º 39/2013. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Assembleia da República

Declaração de rectificação à [Lei n.º 60/2013](#), de 23 de agosto, que «Procede à 30.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de Setembro, à quarta alteração à [Lei n.º 5/2002](#), de 11 de Janeiro, e à primeira alteração às [Lei n.º 101/2001](#), de 25 de agosto, e [45/2011](#), de 24 de Junho, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2011/36/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e protecção das vítimas, e que substitui a Decisão Quadro [2002/629/JAI](#), do Conselho», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 162, de 23 de agosto de 2013

PROCESSO CIVIL

[Decreto-Lei n.º 134/2013. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Ministério da Justiça

Estabelece um procedimento extraordinário de realização do estágio e do exame para o acesso à actividade de administrador judicial

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 135/2013. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Ministério da Saúde

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 82/2009](#), de 2 de Abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde

TRABALHO E EMPREGO

[Portaria n.º 294-A/2013. D.R. n.º 188, Suplemento, Série I de 2013-09-30](#)

Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Define os procedimentos e os elementos necessários à operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

TRABALHO E EMPREGO

[Portaria n.º 294-A/2013. D.R. n.º 188, Suplemento, Série I de 2013-09-30](#)

Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Define os procedimentos e os elementos necessários à operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

TMT

[Portaria n.º 296-A/2013. D.R. n.º 190, Suplemento, Série I de 2013-10-02](#)

Ministério da Economia

Terceira alteração à [Portaria n.º 1473-B/2008](#) de 17 de Dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da actividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações electrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2013/A. D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A](#), de 22 de Abril, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013

UNIÃO EUROPEIA

COMISSÃO EUROPEIA

[Proposta da Comissão que altera o Regulamento n.º 1215/2012 sobre jurisdição e reconhecimento e execução de sentenças em matéria civil e comercial](#)

[A Comissão Europeia e os Estados-Membros analisam as barreiras que restringem o acesso às profissões regulamentadas](#)

As profissões regulamentadas são profissões cujo acesso está subordinado à posse de qualificações específicas, ou relativamente às quais a utilização de um título específico é protegida, como é o caso, por exemplo, dos farmacêuticos ou dos arquitectos.

[Tornar a legislação europeia mais simples, mais flexível e menos dispendiosa para promover o crescimento](#)

A Comissão tem estado a simplificar e, nalguns casos, mesmo a revogar a regulamentação da UE com o objectivo de facilitar a vida das empresas e dos cidadãos e promover o crescimento económico.

CONSULTAS PÚBLICAS

[Crowdfunding \(financiamento colectivo\) na UE: analisar as vantagens de uma eventual acção da UE](#)

03.10.2013 – 31.12.2013

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Regime excepcional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social, permitindo a dispensa do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas administrativas e a redução significativa das coimas nos casos de pagamento das dívidas até 20 de Dezembro de 2013.
- Proposta de Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, estabelecendo as respectivas bases gerais.
- Proposta de lei que altera o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.
- Alteração do diploma que introduziu a plena liberalização no sector postal, bem como a alteração do diploma relativo às bases da concessão do serviço postal universal, conformando-os com a Lei Postal.
- Proposta de lei sobre o regime que assegura a execução das obrigações decorrentes do regulamento da União Europeia relativo aos derivados do mercado de balcão (contratos de derivados OTC), às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções.
- Alteração ao diploma que regulamenta o funcionamento e o esquema de benefícios da Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, tendo como objectivo possibilitar a manutenção do benefício social da ADSE pelos trabalhadores que pretendam cessar a sua relação jurídica de emprego público por mútuo acordo.
- Diploma que transpõe a directiva da União Europeia que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos.
- Resolução que estabelece a composição das comissões mistas constituídas ou a constituir no âmbito de acordos bilaterais celebrados com países terceiros na área económica.

(...)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012
The Lawyer European Awards, 2012
Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011



"6ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012



"Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente"
Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010

